



## MULHERES E MILITÂNCIAS:

### A FEMININA NOS ESPAÇOS POLÍTICOS DE RESISTÊNCIA À DITADURA POLÍTICO-MILITAR (RECIFE, 1964-1974)

Andréa Bandeira<sup>1</sup>

A História de Pernambuco é marcada por movimentos políticos refletores das lutas cotidianas entre os diversos **Grupos** que formam a sua sociedade. Essas lutas se alternam desde conflitos entre **Setores** de um mesmo grupo até os conflitos entre grupos, demonstrando a complexidade e a instabilidade das relações sociais, transversadas por diferentes interesses (das economias material e sexual) dialeticamente integrados, possibilitando o desenvolvimento desigual e combinado desses grupos.<sup>2</sup>

As lutas estabelecidas entre os grupos e entre os setores podem e geram movimentos de **Resistências** que, muitas vezes, resultam apenas em re-equilíbrio (de forma dialética) do sistema, sem alteração do *status quo* dos conflitantes, porém marcado por uma mudança nas relações de força/reprodução das partes. A História de Pernambuco é, então na Micro-história,<sup>3</sup> a História dos conflitos entre os grupos e entre os setores que formam a sua sociedade,<sup>4</sup> e, na Macro-história ou História Totalizante,<sup>5</sup> a História das lutas entre os grupos inter e multinacionais do mundo globalizado.<sup>6</sup>

Nessas lutas, é possível destacar a atuação das mulheres em diversos momentos da ditadura que foi implantada para conter o paradigma do *Welfare State*,<sup>7</sup> estabelecer uma nova hegemonia do capital multinacional, bem como dos setores que o conduziram, assim como um novo modelo de relações interpessoais entre humanos, reconhecendo às mulheres um moderno lugar na estrutura

---

<sup>1</sup> Professora Assistente da Universidade de Pernambuco – UPE, Doutoranda em História da UFBA, aluna conexa da UFPE. E-mail: [andreabasa@uol.com.br](mailto:andreabasa@uol.com.br). Artigo é um excerto da tese em andamento, intitulada “Resistência Cor-de-rosa-choque: lutas femininas no Brasil militar (1964 – 1979)”, sob a orientação da Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras.

<sup>2</sup> Ver: LÖWY, Michael. “A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado”. 1995; NOVAK, George. *La Ley del Desarrollo Desigual e Combinado*. Buenos Aires: Pluma, 1977.

<sup>3</sup> REVEL, J. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>4</sup> MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

<sup>5</sup> BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>6</sup> Ver: HOLANDA, Francisco Urribam Xavier de. *Do Liberalismo ao Neoliberalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998; IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>7</sup> Estado de Bem-estar Social.



econômica, política e social como marca do avanço do sistema de mercadoria para o arquétipo Pós-moderno.<sup>8</sup>

As mulheres participaram dos diversos movimentos de resistência mais como portadoras de uma nova ordem social que revolucionaria as relações entre os sexos, que uma transformação nas relações de gênero, o que exigiria uma mudança nas relações de poder advinda apenas com uma mudança na estrutura econômica. As lutas se travaram no campo das resistências às desigualdades de sexo na práxis social e menos no campo das desigualdades de classe. O resultado dessas lutas foi a manutenção do *status quo* do capital multinacional no Brasil, porém realinhado ao moderno paradigma do capital internacional, uma vez que a igualdade das mulheres aos homens é antes um facilitador para a reprodução do regime no período neo-liberal, em que a inserção da mulher serve como diferencial negativo na soma do valor-trabalho favorável a manutenção da mais-valia e sustentação do lucro em tempo de crise e avanço do capitalismo, na sua fase imperialista.

Até a realização do Golpe de 1964, o Brasil foi palco de muitos movimentos sociais rurais e urbanos que emergiram nas diversas camadas sociais influenciados pela conjuntura ou forjados nas lutas partidárias, com destaque para os grupos liderados por militantes ou simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro nesse período colocado na clandestinidade, desde 1946. As décadas anteriores ao Golpe conviveram assim com uma luta marginal tecida cotidianamente nas ruas e nos campos, sendo Pernambuco liderança dessas ações. As ligas camponesas na zona rural pernambucana e os clubes de mulheres nos bairros da Área Metropolitana do Recife refletem a atuação do povo e o seu envolvimento na luta por mudanças na conjuntura política do país. Lutas diárias, desenhadas em campanhas por melhores condições de vida, de trabalho e solidariedade contra a repressão institucional. Mesmo sendo incipiente, os estudos históricos que ampliem o papel político das mulheres nos movimentos sociais no Brasil, é possível observar que nomes femininos elencam no rol dos protagonistas com forte atuação nas diversas organizações. É interessante exemplificar a participação de Tereza Escobar no Grupo *Clarté* do Rio de Janeiro, desde os anos 1920. Esse grupo foi responsável pela divulgação dos ideais comunistas, através da revista *Clarté*, sendo influentes junto às camadas intermediárias da população, uma vez que era reconhecidamente um grupo de intelectuais. “A Revista *Clarté* chegou a ter considerável influência com a expressiva tiragem, para a época, de 2.000 exemplares”.<sup>9</sup> Bem como, a fundação do Comitê das Mulheres Trabalhadoras, uma iniciativa da militante Laura Brandão, considerada a primeira organização de massas femininas

<sup>8</sup> HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992; HELLER, Agnes e FEHÉR, F., *A Condição Política Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>9</sup> PACHECO, Eliezer. *A Formação da Esquerda no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2008, 70.



no Brasil, nos finais dos anos 1920, como extensão do Bloco Operário e Camponês.<sup>10</sup> Assim, também, nos anos 1930 e em diante, a presença feminina na direção do Partido Comunista do Brasil, Sílvia, Inês, Cina, Morena, Vânia Bambirra, Maria Medina Machado, salientando que esta participou do Levante de 1935 no Recife.<sup>11</sup>

O Recife aparece no cenário nacional como a cidade que refletia o avanço das oposições: seu governador eleito a época, 1962, Miguel Arraes, fora prefeito da capital e considerado o candidato das esquerdas, era normalmente acusado por seus adversários de comunista, inclusive de “*estar a serviço de Moscou*”. Sua relação com o Presidente João Goulart não era amistosa, uma vez que sua popularidade no Nordeste havia-o alçado a condição de torná-lo um presidenciável nas próximas eleições para o Planalto, em 1965. Miguel Arraes possuía amplas vantagens no Grande Recife, mas precisava disputar espaços políticos no interior de Pernambuco, área de lideranças conservadoras, que ainda conviviam com a cultura dos coronéis. Este espaço ambicionado foi conquistado com sua política de articulações, que atraiu entre outros o apoio de partidos de centro como o PTB, controlado por José Ermírio de Moraes, empresário que ambicionava um espaço no campo da política e tinha recursos financeiros a serem aplicados na campanha eleitoral. Miguel Arraes representou “*uma vaga coalizão de liberais, socialistas, comunistas, católicos progressistas, trabalhadores, estudantes e intelectuais*”,<sup>12</sup> e a crença de que era possível atingir objetivos revolucionários cumprindo a Constituição, mudanças legais e sem violência. Mote que fazia parte do projeto político da Frente do Recife, uma coligação de partidos, incluindo o Partido Comunista, que já elegera Pelópidas Silveira (PSB) para a Prefeitura do Recife em 1955.

Embora o peso articulador das esquerdas pernambucanas, influentes na região, com dois nomes nos principais cargos do executivo estadual e municipal, na capital, o quadro político pernambucano representava bem a divisão de forças que imperava no país: quando Arraes foi eleito governador em Pernambuco, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, que fez campanha com legendas subversivas, tais como “*Reforma Agrária na Lei ou na Marra*”, foi eleito deputado federal; José Ermírio de Moraes, empresário, foi eleito Senador pelo estado, e o General Artur da Costa e Silva passou o comando o IV Exército, em cerimonial no Recife, para o General Humberto Castelo Branco, lideranças do movimento golpista e futuros presidentes na Ditadura.

---

<sup>10</sup> *Idem*, 92.

<sup>11</sup> *Idem*, 119-163.

<sup>12</sup> PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil. 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972, 69.



Advém, então, o entendimento porque o mês de março de 1964 foi marcado por uma luta entre o discurso e o silêncio. O discurso exaustivo e confiante dos que acreditavam nas reformas a partir da luta democrática, tal como o discurso que marcou o fim do governo Jango na Central do Brasil, em 13 de março, e o silêncio dos que agiam na preparação do golpe, olhando o desenrolar das forças populistas com sereno maquiavelismo. Os grupos conservadores, formados por militares, empresários e políticos, apoiados pela CIA,<sup>13</sup> iniciaram desde fins de 1950 uma estratégia para conter o avanço das forças de esquerda no país. Agiam na legalidade, participando dos espaços constitucionais políticos, e na ilegalidade, organizando a tomada do poder, a partir do recrutamento, doutrinação e aparelhamento de grupos de combate, que em todo o país compraram e transportaram armas de alto calibre, guardadas secretamente nas residências dos conspiradores, onde recebiam instrução de manuseio. No Recife, as armas compradas em São Paulo, chegavam dentro dos bagageiros dos ônibus comerciais. As metralhadoras tchecas eram depositadas em algumas casas pertencentes aos empresários ligados à Federação das Indústrias. E num engenho perto do Recife, os conspiradores recebiam instruções de um oficial, também empresário e pertencente à Associação Estadual de Senhores de Engenho, liderados no estado pelo então político Cid Sampaio, co-parente de Arraes, e desde as eleições que empossou Jânio Quadros Presidente em 1960, adversário político do futuro governador de Pernambuco. Em âmbito nacional, o principal articulador do golpe era o Marechal Castelo Branco, que em Pernambuco ainda contava com os militares de alta patente Coronel Antônio Bandeira, coronel Ivan Rui, Coronel e deputado Costa Cavalcante e o Coronel Dutra de Castilho, além da indefinida atuação do General Justino Alves, que, em princípio, fora enviado ao estado para vigiar o então governador Miguel Arraes, a pedido de Jango.

Nos últimos dias do mês, pairava uma ansiedade pela tempestade dos acontecimentos. Confusos com a falta de iniciativa da oposição direitista mais radical, Jango, Arraes e as esquerdas tentaram tranquilizar seus partidários e eleitores discursando em favor da legalidade, mas pressentiam uma tentativa de golpe, como acontecera em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Miguel Arraes gravou pronunciamento reafirmando as suas posições políticas e sua decisão de não aceitar o golpe. Pelópidas Silveira, então prefeito do Recife, e alinhado com Arraes,<sup>14</sup> fez declarações públicas de crença na manutenção da legalidade, numa tentativa de conter as forças golpistas. Na noite anterior ao golpe, soube que iniciara uma marcha na madrugada, comandada

<sup>13</sup> Central Intelligence Agency, Agência Central de Inteligência.

<sup>14</sup> Pelópidas Silveira foi Secretário da Viação no governo de Miguel Arraes, entre os anos 1962 e 1963, quando deixou o cargo para assumir a prefeitura da Capital pernambucana.



pelo General Olímpio Mourão Filho em direção ao Rio de Janeiro. Um movimento armado revolucionário. Até a manhã do dia 1º de abril, mal reconhecia a existência de um comando do Exército, a IV Divisão de Infantaria, reforçada por dois outros regimentos vindos de Belo Horizonte e São João Del Rei, disposto a depor o presidente, e já o IV Exército, sediado em Pernambuco, sob o comando do General Justino Alves, havia aderido ao movimento.

Sob esta conjuntura, pretende-se observar como mulheres que atuaram em campos diferentes da política e da resistência a época, no Recife, perceberam o Golpe, a atuação dos militares e como se relacionaram com as forças repressivas durante a Ditadura.

O mês de março de 1964, nas palavras de Pelópidas Silveira, “*foi um mês muito difícil no Recife, porque houve um “lock out” nas classes produtoras, fecharam as fábricas, parou tudo. E o governo do Estado resistiu ao “lock out”*”.<sup>15</sup> As classes médias se posicionaram, a exemplo da afirmativa de Ângela de Araújo Barreto Campelo, e eram favoráveis

*“a todas as reformas que atingem o povo. [...] Agora, a ideologia é que eu poderia combater. Quanto a realidade, não, mas com restrições, evidentemente, porque eu respeito o direito alheio, é um direito sagrado, ninguém pode deixar de respeitar o alheio”*.<sup>16</sup>

Apoiaram Miguel Arraes, mas não concordaram com o avanço das lutas dos trabalhadores e das esquerdas, pois temiam “*a revolta preparada [...] a intenção de fazer com que o povo se rebelasse*”.<sup>17</sup> Na sequência, se entusiasmaram com o movimento das elites que preparavam o golpe, formando entre outras uma rede de mais cem estações de rádio e televisão, cobrindo o território nacional, conclamando o povo a tomar parte da “Rede Democrática”, alertando a população contra o governo constituído e chamando as mulheres a integrarem o movimento. Aderiram aos protestos, apoiados por parte da Igreja, que, entre outras contribuições, cedia seus espaços para as reuniões dos grupos.

A “Cruzada” em Pernambuco teve início nas conversas entre as mulheres que se reuniam no interior do Colégio São José. Igualmente as marchas que aconteceram em outros cantos do país, pretendia agregar num movimento mais amplo de oposição a política das Reformas. Ângela Campelo, como as outras mulheres que buscaram apoio para suas inquietações naqueles “*que dão segurança a gente*”,<sup>18</sup> integraram o movimento e possibilitaram o avanço do golpe que derrubou Miguel Arraes e Pelópidas Silveira no estado. Governador e prefeito eleitos por essa mesma classe média, naquele momento decepcionada com a resposta dos dois dirigentes ante os avanços dos

<sup>15</sup> Depoimento: PELÓPIDAS SILVEIRA, em 1978.

<sup>16</sup> Entrevista: ÂNGELA DE ARAÚJO BARRETO CAMPELO – AABC, em 01/06/1985.

<sup>17</sup> *Idem*.

<sup>18</sup> *Idem*.



movimentos sociais. Ângela Campelo tinha lembranças das palavras paternas: “o meu pai disse: *vocês vão acabar dominados por Miguel Arraes*. Ao que ela, na época em que participou da sua campanha, respondeu: *Não. [...] nós o conhecemos. [...] Ele não é absolutamente comunista, nem inclinado para a esquerda*”.<sup>19</sup> Meses depois, esta mesma mulher se inclinou à campanha de cunho liberal-conservadora e anticomunista da “Rede Democrática”, junto ao seu grupo social.

As mulheres que responderam ao chamado da “Rede Democrática”, “a maior parte daquelas mulheres [...] eram antigas ex-alunas do Colégio São José. Estavam acostumadas com aquela direção das freiras”,<sup>20</sup> o fizeram na crença de que o papel das mulheres é a manutenção da ordem, a estabilidade e a promoção social, “porque nós províamos muito o homem, principalmente aquele mais carente”.<sup>21</sup> Com esta compreensão, perceberam o crescimento do movimento como algo natural,

*“E aquilo foi mais [...] E diziam que nós devemos fazer alguma coisa [...] E, de repente aquela multidão viu que já era uma força em si mesmo e saiu à rua. Aquilo foi... absolutamente espontâneo. Nada preparado”.*<sup>22</sup>

A Cruzada Feminina tinha como mote “manter Pernambuco vivo dentro das suas tradições”, porque “a mulher pernambucana sempre foi muito ciosa da sua dignidade, da sua família e da sua pátria”.<sup>23</sup> E Com esse discurso, cooptaram grupos em outras classes sociais, onde já estabeleceram uma militância: “Nós tínhamos muitas ligações com um grupo de lavadeiras [...] com o Córrego do Bartolomeu”.<sup>24</sup> Militância organizada no fundamento de que “o povo não pode ser trabalhado de cima para baixo, o povo tem de ser trabalhado de baixo para cima”.<sup>25</sup> E com uma práxis, realizada “através dos líderes e das pessoas representativas, das comunidades, que nós conseguíamos prestar alguma ajuda e difundir um pouco a nossa ideologia a respeito da ordem e do direito”, cumprindo, assim, uma agenda política de ordenação das camadas populares em torno da “Rede Democrática”.

Assim se organizaram no mês de março de 1964, no Recife, duas grandes “Marchas da Mulher, pela Família, com Deus pela Liberdade”. A primeira, no dia 6, e a segunda, no dia 19. Essa, inserida num movimento mais amplo, nacional. Desta forma, os conflitos se acirraram entre as elites burguesas, as classes médias e o Estado, levando a imprensa ciosa a se tornar mais enfática nas suas críticas aos planos de Reformas dos “governos das esquerdas”, como eram tratados João

---

<sup>19</sup> *Idem.*

<sup>20</sup> *Idem.*

<sup>21</sup> *Idem.*

<sup>22</sup> *Idem.*

<sup>23</sup> *Idem.*

<sup>24</sup> *Idem.*

<sup>25</sup> *Idem.*





Goulart, no campo federal, Miguel Arraes, no estado, e os aliados políticos, bem como ressaltar suas ligações com os comunistas.

31 de março de 1964, as manchetes em alguns jornais de grande circulação no país, os mesmos citados por historiadores como operantes do golpe,<sup>26</sup> pediam uma ação efetiva dos salvadores da pátria:

*“Seria rematada loucura continuarem as forças democráticas desunidas e inoperantes, enquanto os inimigos do regime vão, paulatinamente, fazendo ruir tudo aquilo que os impede de atingir o poder. Como dissemos muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida, que dê a seus adversários o direito de trucidá-la, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que seus adversários são os primeiros a desprezar”.*<sup>27</sup>

No Recife, o governador Miguel Arraes escrevia um manifesto nordestino esperançoso e conciliador, numa tentativa de minimizar o conflito e desacelerar as forças golpistas. Sabia ele da inutilidade daquele documento, porque no Palácio, em contato com Brizola entenderam ser necessário a vinda de Jango para onde a presidência pudesse ser protegida e atuar, mas já era muito tarde. Júlia Santiago da Conceição, militante comunista do Partido, lembra que *“Eu estava em Palácio, de noite... Brizola achava que Jango devia vir para cá e, daqui, governar. Mas naquela hora, não havia mais condições da gente fazer uma preparação, um movimento, para Jango vir”.*<sup>28</sup>

Essa mulher iniciou sua militância nas lutas travadas cotidianamente dentro das fábricas de tecido aos dez anos de idade, quando procurava emprego e enfrentava os desafios de uma tenra idade carente, até que se tornou, em 1947, a primeira mulher a ocupar a Câmara do Recife e a vereadora mais votada, fazendo com seus votos outro vereador da sua chapa. Analfabeta, descobriu que o aprendizado político pode ser uma conversa de namorados no fim do turno do trabalho, mas antes é uma escolha de vida.

No dia seguinte, 1º de abril, desde a madrugada, centenas de soldados e dezenas de viaturas se organizaram em torno a Cidade, esperando a ordem para ocupar o Palácio. Quatro unidades foram articuladas para o assalto, o 14º Regimento de Infantaria, o 17º Regimento de Obuses-105, a 7ª Companhia da Polícia do Exército e a Esquadria de Reconhecimento Mecanizado. As tropas marcharam pelas ruas e avenidas principais, cercando o Campo das Princesas. Deslocaram-se vindas da Praça 13 de Maio, pela Rua Princesa Isabel na direção do Palácio. Posicionaram-se a partir da ponte Princesa Isabel, interditando, assim, um dos caminhos para a Casa do Governador.

---

<sup>26</sup> Ver: COELHO, Fernando. *Direita Volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004; DREIFUSS, Renè Armand. *1964, A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006; PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil. 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

<sup>27</sup> Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964. <http://www.scribd.com/doc/7392881/TERNUMA-Historia-Do-Terrorismo-No-Brasil>. Acessado em 01/05/2009.

<sup>28</sup> Entrevista: JÚLIA SANTIAGO DA CONCEIÇÃO – JSC, em 02/12/1983.



Na Praça da República armaram metralhadoras que intimidaram os transeuntes que ali circulavam, desavisados e temerosos, e seguiram para os outros cantos de saída, ruas que contornam a praça na frente do Campo das Princesas, impedindo o acesso de quem vinha da Ponte Duarte Coelho pela Rua do Sol, bem como aqueles que atravessaram a ponte Buarque de Macedo ou que cruzaram a Ponte Maurício de Nassau, descendo pela Avenida Martins de Barros. Também, quem naquelas horas da manhã costumava seguir pela moderna Avenida Dantas Barreto ou pela histórica Rua do Imperador, sob suas calmas aléias, subindo ou descendo, defrontou-se com artilharias, tanques e soldados tão espantados quanto os caminhantes. Curiosos e perturbados apressaram saltos e passos. A Sede do Governo foi cercada, impedindo, assim, a sua fuga ou o seu resgate.

A vereadora Júlia Santiago, que no dia anterior esteve no Palácio, chegou ao Sindicato dos Tecelões e recebeu a notícia, “*Júlia, você sabe que o Palácio foi ocupado [...] pelo Exército? Estás conversando, estás brincando*”.<sup>29</sup> Quando percebeu “*como nós não tínhamos vigilância*”,<sup>30</sup> o golpe já tinha desferido sobre suas crenças um forte baque, mas não a desanimou, só tornou-a mais lúcida, “*o exército aqui não fez por menos, ele não escuta, mata logo*”.<sup>31</sup> Sua iniciativa tentar retornar ao Palácio, para onde seguiu de carro pelas ruas vigiadas. Na ponte Princesa Isabel, que leva para o centro do Recife foi parada por uma blitz do exército que procurava por armas, “*eu estava com Amaro e Nelson, ai pedi a eles calma. Ai perguntei: o que é que há comandante? [...] Não é porque estão descendo com armas, estão vindo da parte de Gregório, que está lá organizando os camponeses*”.<sup>32</sup> Deram ordem para ela passar e o carro seguiu na direção da Praça da República, de onde avistaram ainda Arraes descer as escadarias, escoltado pelos militares. Preso sob o comando do Coronel Castilho que entregou a carta da deposição do Governador, e escoltado por militares do IV Exército, seguiu de carro, um fusquinha, para o 14RI e no dia seguinte para Fernando de Noronha onde permaneceu vários meses. Nas fotos estampadas no Jornal do Comércio no dia seguinte, o Governador parecia resignado ao lado do militar. Afinal, tentara de todas as formas manter a governadoria, desincentivara qualquer reação da Frente Popular ou dos grupos mais radicais.

A Vereadora retornou ao Sindicato, de onde decidiu retirar a placa com o nome da associação de trabalhadores mais atuante da época. Quis mobilizar as forças da Frente Popular, mas ouvira que o Exército já ocupara o Palácio e o governo aceitara o Golpe. A crença na legalidade se

---

<sup>29</sup> *Idem.*

<sup>30</sup> *Idem.*

<sup>31</sup> *Idem.*

<sup>32</sup> *Idem.*





opusera a uma reação armada contra o golpe. A Vereadora, então, depois de receber ordem de fuga, tentou avisar nos comitês espalhados pelos bairros da cidade que os militantes do Partido deviam se exilar da Capital. Estava inconformada, mas decidida a não ser presa, nem deixar prenderem os militantes, principalmente os do Comitê da Macaxeira, “*que era muito forte*”.<sup>33</sup> Antes, passou pela casa de Adalgisa Rodrigues Cavalcanti com a intenção de obrigá-la a fugir naquela mesma noite. Depois foi para casa se despedir e se aprontar para um exílio que durou algumas semanas. Fora torturada em outra época, mas depois de 1964 não foi presa ou respondeu inquérito, porque sumiram com sua ficha dos prontuários da “Permanência”.<sup>34</sup>

Em casa, Adalgisa Cavalcanti aguardava os acontecimentos. Foi encontrada no andar de cima da sua residência, acompanhada pelo marido. A Deputada foi denunciada, arrancada de sua casa à luz do sol. Na delegacia, foi torturada moralmente e ameaçada várias vezes de ser entregue para o Exército, “*ameaçada de ir para o Exército e lá ser espancada. Esse negócio todo, desnorteada*”.<sup>35</sup> Nunca pode denunciar a tortura porque assinou um documento afirmando que não foi mal-tratada, “*eu não gostei de ter assinado aquele negócio*”.<sup>36</sup> Esteve presa por quatro meses na Penitenciária Bom Pastor,<sup>37</sup> onde recebeu visitas da companheira e vereadora Júlia Santiago, que insistia em auxiliar aos amigos de militância, apesar dos alertas de que podia ser presa a qualquer momento pelo envolvimento com os presos políticos.

Distante do centro dos acontecimentos, mas não menos envolvida, Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira viveu as torturas impostas pelo regime de exceção no período da Ditadura através das prisões de sua filha Rosalina, grávida, do genro Geraldo Leite, e do filho Fernando, depois um desaparecido político. Bem como, com o exílio do seu filho Marcelo, antes que se tornasse mais uma vítimas da repressão.

Essa mulher de pouca instrução, cercada de mimos pelo pai, casou cedo e teve dez filhos. Não participou diretamente de qualquer movimento político ou partido, mas confessou que instruiu os filhos no interesse pela política quando, em casa, nos períodos de eleições, colava os ouvidos no rádio para ouvir contar os votos. Lembrou que na eleição em que Miguel Arraes foi candidato a governador do estado, fez seus meninos contabilizarem os votos gritados pelo radialista. Assistiu, assim, as urnas chegarem do interior, trazendo a boa nova de um candidato do povo ser eleito chefe máximo de Pernambuco, apesar da oposição ferrenha dos usineiros, que disputavam voto a voto

---

<sup>33</sup>Entrevista: JSC.

<sup>34</sup> Nome como era conhecida a Delegacia onde permaneceram diversos presos e presas políticas.

<sup>35</sup> Entrevista: ADALGISA RODRIGUES CAVALCANTI – ARC, em 27/07/1982.

<sup>36</sup> *Idem*.

<sup>37</sup> A Colônia Penal Feminina do Bom Pastor localiza-se no bairro da Iputinga, no Recife.



com o “Zé Ninguém”. Somaram as cédulas e ela soube logo que seu candidato ganhara com uma margem pequena ante seu principal rival, João Cleofas. Pouco mais de 4600 eleitores fizeram a diferença entre o novo e o velho mundo, que ela, dona Elzita e seus filhos iriam viver tantas conseqüências. A menina Elzita, a quem negaram conhecer, na infância, os mortos da família, aprendeu novenas de cemitério, percorrendo entre as lápides em romaria pela soltura da filha, pelo aparecimento do seu filho vivo. Ou morto, não importava, “*sonho com o fim da história*”.<sup>38</sup>

Essa mulher doméstica aprendeu a andar nos corredores dos gabinetes procurando por respostas, ou ao menos por ajuda. Ouviu frases simpáticas e ineficazes do então governador biônico Marco Maciel. Pediu ajuda a pessoas influentes como Joarez Távora, Sobral Pinto, Amoroso Lima. Enviou cartas, visitou políticos. Adentrou as portas labirínticas das delegacias ousando questionar os repressores. Junto com uma filha mais moça, Márcia, exigiu ver a Rosalina que trouxeram transferida para a prisão na Rua das Cobras. Meteu-se num carro entre policiais armados de metralhadoras e seguiu em busca da filha. Evitou assim, que a repressão negasse a prisão de Rosalina e do genro, presos por delação de terem participado da fuga de um casal de camponeses, levados de carro do Rio de Janeiro para a Bahia, entre outras tarefas que fizeram a serviço da JUC<sup>39</sup> – outra história. Dessa forma, aos poucos foi participando da luta pela anistia, da luta pelo reconhecimento dos desaparecidos políticos, do Tortura Nunca Mais. No processo, foi ficando corajosa, “*Meu marido adoeceu porque ele não tinha a coragem que eu tinha. Ele as vezes tava ali na grade, ficava olhando. Nunca deixou a gente trocar o telefone [...] que era censurado*”.<sup>40</sup>

Nessas andanças e “falanças” foi construindo junto com outras mulheres e homens uma teia que alarmou as ações impetradas pelo Serviço Nacional de Segurança, essa força tarefa do estado de exceção que mergulhou o mundo numa fumaça de medo e alienação, abalada pelos gritos maternos de mulheres que nunca desistiram de encontrar seus parentes, filhos, esposos, pais, ausentes.

Um dia depois do longo suspense, a 2 de abril, jornais abertamente favoráveis ao golpe militar voltaram a estampar manchetes, discursos em forma de editoriais e eloqüentes narrativas jornalísticas que faziam acreditar que o povo se arrependera dos milhares de votos nas urnas em favor do projeto dos nacionalistas e das esquerdas brasileiras que pretendiam reformas legais, agora declaradamente os “inimigos da nação”:

*“Fugiu Goulart e a Democracia está sendo Restabelecida”*

<sup>38</sup> Entrevista: ELZITA SANTOS DE SANTA CRUZ OLIVEIRA – ESSCO, em 14/04/2005.

<sup>39</sup> Juventude Universitária Católica.

<sup>40</sup> Entrevista: ESSCO.



“A assembléia de Pernambuco votou o Impeachment de Arraes”.<sup>41</sup>

Em letras garrafais apresentaram aos leitores uma seqüência de retratos em preto e branco do desejo construído no silêncio e na ausência de uma oposição. Fizeram acreditar que as massas, esse povo sem identidade,<sup>42</sup> clamavam pelo retorno dos militares, que no imaginário das elites um dia representaram o país. Queriam a volta do “progresso” com ordem e “sem violência”:

“A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento”.<sup>43</sup>

O golpe resistiu às primeiras horas do parto e engendrou ainda muitas contradições, criou seu próprio fim e com as mesmas letras garrafais “morinbundou” na Anistia.

### *Bibliografia*

ANDRADE, Manuel Correia de. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo: Contexto, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 - 1985)*. São Paulo: EDUSC, 2003.

ARAÚJO, Rita de Cássia de.; BARRETO, Túlio Velho (orgs). *1964: O Golpe Passado a Limpo*. Recife: Massangana, 2007.

BANDEIRA, Andréa. *As Beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica. Uma análise histórica usando a Abordagem de Gênero sobre o papel feminino nas Casas de Caridade do Padre Ibiapina (1860-1883)*. Dissertação de História. Recife: UFPE, 2003.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que Foram à Luta Armada*. São Paulo: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.

COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura*. Brasil: 1964 – 1985. 1999.

FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Luzilá G. *Presença Feminina*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2002.

<sup>41</sup> Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964. <http://acertodecontas.blog.br/politica/editorial-do-jornal-o-globo-de-2-de-abril-de-1964-celebrando-o-golpe-militar/>. Acessado em 01/05/2009.

<sup>42</sup> REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

<sup>43</sup> Jornal *O Dia*, Rio de Janeiro, 2 de Abril de 1964. <http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br/>, acessado em 01/05/2009.



LAPA, José Roberto do Amaral. *História e Historiografia Brasil Pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KUCINSKI, Bernado. *O Fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

MATOS, Maria Izilda S; SOLER Maria A. *Gênero em Debate: Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São paulo: Alfa-Omega, 1986.

MORAES, Maria Lygia Q. de. *Feminismo, Movimentos de Mulheres e a (re)Construção da Democracia em Três Países da América Latina*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, setembro de 2003.

NOVAK, George. *La Ley del Desarrollo Desigual e Combinado*. Buenos Aires: Pluma, 1977.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTEI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O Golpe Militar e a Ditadura: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.